

Memorial imaginário de Vitória: do fantasma do centro histórico às cidades-ilhas de Luiz Guilherme Santos Neves¹

Vitória's Imaginary Memorial: from Ghost of the Historical Center to the Island-Cities of Luiz Guilherme Santos Neves

Linda Kogure*

Assim se tecem as histórias das cidades.

Fantasma do centro histórico de Vitória

Uma das características de Luiz Guilherme Santos Neves (o chamarei também de LG) é manter Vitória e o Espírito Santo em permanente

¹ O artigo finaliza o projeto de pesquisa sobre a literatura de Luiz Guilherme Santos Neves, desenvolvido no estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista da Capes.

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

conexão literária (e de pesquisas históricas²): o colonizador (Vasco Fernandes Coutinho) e a colonização do Espírito Santo transformam-se em ficção romanesca em *O Capitão do Fim* (2001); a *Insurreição de Queimado*, de 1840, ocorrida no município da Serra, é convertida no drama *Queimados* (1977), tema romanceado também em *O templo e a força* (1999), dentre outros.

LG também navega por outros gêneros, reiterando sempre suas raízes: *Passeio pelo centro de Vitória na companhia de Rubem Braga* (1992); *O menino Cadu e o passeio pelo parque centenário* (2013), e outros tantos. Mesmo na literatura infantil, o escritor é fiel ao seu território natal: *Crinquinim e a puxada do mastro e outras aventuras* (2008), em parceria com Renato Pacheco e Reinaldo Santos Neves, além de *Crinquinim e o Mestre Álvaro* (2016) etc.

Recentemente LG criou o fantasma³ do centro histórico de Vitória, personagem singularíssimo e o mais recorrente da sua vasta literatura. É também a criatura que mais marca presença na coluna *A certos respeito*s, publicada no site “Tertúlia Capixaba” (NUNES, 2005-). Aliás, de tão assíduo, o espectro ganhou uma seção só para si. Ele nasceu em torno de 1870 e *vivenciou* Vitória intensamente até falecer nos anos 1970. Porém, nem dona Morte consegue segurá-lo em sua tumba. Tanto é que sempre *retorna* no que resta do núcleo original da capital que, obviamente, já não é mais a mesma. Vitória mudou de feição, não tem mais bondes, suas ruas e avenidas são mais amplas, asfaltadas e têm outros nomes.

Mesmo assim, em suas *aparições*, o espectro reconhece as vias públicas pelas antigas nomenclaturas, como as do Piolho ou do Fogo, já que retém o tempo de quando era mortal: “Ele é um poço de fantasmas, um repertório ambulante de informações históricas sobre Vitória de outrora, que viveu na plenitude de sua

² Sintetizo com apenas dois exemplos da face de LG como historiador: *Os bondes de Vitória*, com pesquisa de Renato Pacheco (1997); *Procissão de São Benedito em Vitória*, com pesquisa oral de Léa Brígida R. de Alvarenga Rosa e pesquisa documental de Renato Pacheco (1996).

³ Em caixa baixa mesmo.

capacidade física e cívica. Em suma: todo ele pertence ao passado” (SANTOS NEVES⁴, 2005-), segundo o narrador⁵. Enfim, fatos e burburinhos de outras eras não lhe faltam. E o mais instigante: muitos ecoam em outras cidades-urbes de LG (explicadas a seguir) como se o escritor espichasse suas linhas fictícias num vaivém frenético.

Sendo assim, parte-se da seguinte hipótese: os fios do espectro tendem a complementar a teia citadina insular em coexistência a Vitória, criada em gêneros diferentes (crônicas e romances). O primeiro desafio é capturar linhas do fantasma e enlaçá-las ao trio das urbes-ilhas (ou vice-versa, quando necessário) que, aliás, são as protagonistas em distintos espaços-tempos: a) século XIX, Airotiv e seu conflito entre peroás e caramurus, da crônica “A cidade invisível” (1994); b) início dos 1900, *Cidadilha*: crônica inverossímil de uma cidade inexistente (2008) ainda com feição colonial; e c) entre fins do século XX e princípio do XXI ou, quem sabe, de outro espaço-temporal – o da utopia –, se seguirmos a epígrafe: “Toda ilha é uma utopia”. Trata-se da urbe-ilha de *Navegação em torno de uma ilha vislumbrada* (2014) que, por ser sem nome, passo a chamá-la de Ilha-Vislumbrada. Com morfologia expandida (se comparada a Airotiv e Cidadilha), é a mais modernosa. Deste trio, a terceira, justamente a que mantém o nome em elipse é a única ilustrada com fotografias de Vitória, clicadas por Pedro J. Nunes.

A partir dos entrecruzamentos, o segundo desafio é verificar se e como o escritor constrói um memorial⁶ de suas cidades-ilhas em coexistência a Vitória. Memorial

⁴ Uso sempre o binômio como referência porque trata-se de uma tradicional família capixaba, com referência histórica nos setores cultural, político e judiciário: Graciano governou o Espírito Santo (1896-1897); Jones foi governador (1943-1945) e senador (1947-1951), além de emprestar seu nome ao atual Instituto Jones Santos Neves; Guilherme (pai de Luiz Guilherme), se destacou como folclorista e editor da revista *Vida Capichada*; Reinaldo, escritor referenciado; e Desembargador Santos Neves nomeia uma avenida da Praia do Canto, bairro de Vitória.

⁵ É o único vivente que consegue dialogar com a criatura e visualizá-la.

⁶ Não se trata de memorial de edificações que abrigam espaços institucionais, centros culturais, museus ou congêneres.

entendido aqui como gênero discursivo textual, ou melhor, como ato de fiar tramas cidadinas e criar personagens, como o fantasma que, mesmo depois de morto, não abandona seu território natal. *A priori*, ao ziguezaguear pelas ilhas-urbes, capturar suas linhas e imbricá-las aos fios do fantasma (ou vice-versa), há ecos da memória que surgem do passado e se atualizam no presente. Afinal, “a memória é a mais épica de todas as faculdades [com] o poder de se apropriar do curso das coisas” (BENJAMIN, 1986, p. 210), dos acontecimentos, da visceral inter-relação entre as urbes-ilhas imaginárias e seus moradores, deslocando rastros⁷ do pretérito ao aqui e agora e, nos parece, para preservar o pertencimento e o afeto às cidades-ilhas. O historiador Filippe Joutard confirma: “A memória tem uma relação direta, afetiva com o passado, visto que ela é, antes de tudo, memória individual, lembrança pessoal de acontecimentos vividos” (2007, p. 223). Porém, no caso de Luiz Guilherme, a vivência de certas ocorrências é transposta, por exemplo, ao fantasma e seu bisavô, ou melhor, o bivô, que experienciaram, dentre outros, o conflito entre peroás e caramurus.

Zigue-zagues intratextuais

Antes de iniciar o trança-trança entre o fantasma e as urbes-ilhas, ou vice-versa, opta-se por desvelar o perfil da criatura, resultado de capturas em mais de 40 crônicas (até o início de fevereiro de 2021): enquanto mortal, morou na ladeira de Pernambuco (hoje rua Wilson Freitas), número 5, casa que hospedou “com muita honra” (SANTOS NEVES, 2005-) Justin Norbert – o engenheiro francês que reformou o Palácio Anchieta e a então escadaria do Imperador (atual Bárbara Lindenberg) – “enquanto esteve em Vitória a serviço do Estado” (2005-). É que naquela época

⁷ “O rastro não é uma presença, mas o simulacro de uma presença que se desloca, se transfere, se reenvia, ele não tem propriamente lugar, o apagamento pertence a sua estrutura. [...]. O presente torna-se signo, signo do signo, rastro do rastro. Ele não é mais aquilo que para em última instância reenvia todo reenvio. Torna-se uma função, uma estrutura de reenvio generalizado. É rastro e rastro do apagamento do rastro” (DERRIDA, 1991, p. 58).

eu era coadjuvante de ordens do presidente Jerônimo Monteiro⁸, com quem trabalhei no salão dos despachos governamentais. Aposentei *monsieur* Norbert, como se dizia antigamente, a pedido do presidente, que preferiu que ele se acomodasse em minha casa a ficar em qualquer hotel.

Graças a essa hospedagem pude aprimorar o meu francês no meu próprio domicílio. *Monsieur* Norbert era a simplicidade em pessoa e foi *notable* a facilidade com que se familiarizou com os usos e costumes de Vitória. Basta dizer que se fez adepto dos peroás...

[...] peroás fritos que *monsieur* Norbert ia comer nos quiosques do porto dos Padres. *Un poisson délicieux*, dizia ele, os olhos azuis luzindo de prazer. Eu acabei incluindo os peroás no menu dos saraus que se realizavam na minha casa, enquanto ouvíamos árias no gramofone de *monsieur* Norbert" (SANTOS NEVES, 2005-).

Presume-se que o fantasma era da aristocracia, foi funcionário público em estreita relação com o então mandatário, apreciava óperas, língua francesa e organizava saraus em sua nobre residência. Residência que avistou e se comoveu no *pesadelo* em que se transformou em asno. O fantasma-asno puxava o pesado bonde pelas ruas centrais de Vitória. Para não alongar demais, recorta-se só o lado emocional:

[...] quando o bondinho por mim puxado entrava pela Rua do Rosário e subia a Ladeira São Cristóvão, de onde eu podia divisar a casa onde morei anos seguidos, com seus manacás cheirosos, o pé de tília em floração exuberante visitado por abelhas inquietas e a minha espreguiçadeira, vazia e solitária exposta na varanda, o que fazia marejar de lágrimas meus olhos protegidos por antolhos (SANTOS NEVES, 2005-).

Tem-se, portanto, a imagem externa da casa, com varanda e a confortável espreguiçadeira, o jardim todo florido e seus perfumados manacás. Comprova-se que a casa é (ou foi) da elite.

Vejamos, agora, o perfil político dos mais radicais. Mesmo falecido, o ex-coadjuvante de ordens de Jerônimo Monteiro, considera seu ex-chefe como "o maior governante que nosso Estado já teve" (SANTOS NEVES, 2005-). Cita que

⁸ Governou o Espírito Santo de 1908 a 1912.

graças a Monteiro, Vitória passou a ter “água encanada, esgoto e luz elétrica [que] botam no chinelo as Cinco Pontes e a Avenida Capixaba! [de Florentino Avidos] no CHI-NE-LO! *Écoute-moi, mon ami, écoute-moi!* No chi-ne-li-nho!” (2005-). E mais: por ele, o Palácio Anchieta deveria ter outro nome: “Morri com a ideia de que o palácio devia se chamar Jerônimo Monteiro e continuo mantendo-a viva em minha mente” (2005-). Nota-se que LG ficcionaliza até feitos de Jerônimo Monteiro na voz do fantasma.

Depois do seu *passamento* para o além, o espectro foi morar no cemitério de São Benedito do Rosário, em Santo Antônio. “Já vê vosmecê que eu pertencia a essa vetusta irmandade de Vitória. Apareça quando puder para fazer uma visita ao meu carneiro. É o de número 100, à esquerda de quem entra” (2005-). Isto é, o fantasma é (ou foi?) um “peroá legítimo, de carregar a charola de São Benedito nas procissões do dia 27 de dezembro pelas ruas do centro da cidade. Ruas atapetadas com folhagens em frente de casas com toalhas de linho penduradas nas janelas” (2005-).

Já seu bivô⁹ nasceu em 1781, morreu em 1878 e, “por desejo lavrado em declaração do próprio punho, ele foi enterrado no cemitério do São Francisco. Ao contrário de mim, peroá de corpo e alma da irmandade do Rosário (hoje sou apenas de alma), o bivô foi um caramuru fanático” (2005-), por ter morado na rua do Fogo (atual Caramuru). Têm-se, então, duas questões: primeiro, nem dona Morte conseguiu apagar seu pertencimento de ser peroá, pelo menos na alma; segundo, comprova-se que o conflito dividiu as famílias por questões geográficas, como se verifica também em Airotiv.

⁹ Só o fantasma consegue *ver* o bivô, digamos, de corpo inteiro. E é ele quem explica: “Faz tempo que ele faleceu e seu espectro está meio diluído. Mas tente pelo menos ver o aventalzinho de maçom com que ele foi enterrado” (SANTOS NEVES, 2005-). Esta é a única marca ou o sinal da *presença* do bivô: a *aparição* do seu avental de grão-mestre, ou melhor: o tremular ou vibrar ao vento quando ele reage com empolgação. Revela o narrador: “[...] uma aragem fria perpassou pelo meu rosto, provocada pelo tímido abanar do aventalzinho. O fantasma me explicou: é o efeito das palmas de bivô” (2005-).

Cisão na cidade-peixe

Os fios ficcionais de LG sobre o conflito entre os devotos de São Benedito se completam, por ora, ao se enlaçarem a Airotiv, a cidade-peixe reconhecida não só pelo odor dos seus pescados (há milhas de distância) mas, sobretudo, por estar dividida em duas partes:

Mas essas partes não estavam entre si como corpos independentes. Elas permaneciam inseparáveis, xifópagas. A existência de uma dependia da existência da outra e as duas completavam uma só urbe, sendo a separação entre elas o que melhor integrava Airotiv em Airotiv.

Uma parte de Airotiv era verde, a outra azul. Assim, verde ou azul, em cada parte, eram as casas e as igrejas, a indumentária das pessoas e a epiderme delas, ou a própria mentalidade dos seus habitantes. Conforme o lado em que vivessem, os moradores tinham sangue verde ou sangue azul e, quem não fosse verde ou não fosse azul, simplesmente não existia em Airotiv (SANTOS NEVES, 1994, p. 40).

Confirma-se que o endereço dos moradores é vital, alterando até a cor da pele e do sangue. E por que a divisão? “O dia da grande mudança ocorreu debaixo de muita chuva, quando o guardião do templo, que se tornou verde, proibiu a procissão de São Benedito. Queria poupar a imagem do santo do aguacéu diluviano” (SANTOS NEVES, 1994, p. 41), o que foi um erro fatal. A estátua/imagem do santo foi raptada e levada bem disfarçada ao templo do outro extremo de Airotiv “entre palmeiras que começou aí a ficar azul” (p. 41). E os verdes se enfureceram. E “desde então, cada parte de Airotiv deu-se a disputar feramente a posse do santo por extremada devoção a ele” (p. 41). Assim, “um lado apelidou o outro de peroá, peixe reles, do lombo azul. O ofendido devolveu a provocação no epíteto de caramuru, reles peixe, do lombo verde. Airotiv passou a tresandar a peixe, entre o verde e o azul. Nisso residia a essência da cidade” (p. 41).

Indica-se, enfim, o porquê da voracidade do fantasma em permanecer peroá (azul) e, seu bivô – caramuru (verde) – mesmo depois de mortos. É questão de honra, algo sagrado. Aliás, LG espicha o tema a outras linhas espectrais. Em “Não passe mais pela rua do Rosário”, o narrador sente um esbarrão e um bafo cadavérico:

- Foi como se estivesse sendo empurrado na barriga, meu digno? – perguntou o fantasma.
- A comparação é perfeita – afirmei. – Empurrado por um corpanzil volátil que eu não via, mas sentia como massa poderosa e fedorenta...
- Por Deus, então foi *ele* – disse o fantasma, e nunca sua voz me pareceu tão cavernosa.
- Ele quem? – perguntei assustado.
- *Ele...!* Não tenho a menor dúvida... Empurrado na barriga com bafo catíngoso?... Foi *ele!* (SANTOS NEVES, 2005-).

Ele, segundo o fantasma, é um peroá adversário do narrador. O esbarrão foi uma defesa do território, já que a Igreja do Rosário abrigou o cemitério dos peroás, segundo o espectro: “*Ele* o considerou um caramuru invadindo o território dos peroás, nas imediações do [Teatro] Carlos Gomes, razão pela qual o repeliu à força bruta! Este é o âmago da questão” (SANTOS NEVES, 2005-). Incrédulo, o narrador adverte que, quando nasceu, o conflito nem existia mais. Será? “Para nós, *os daquela época*, essa suposta velharia não vai acabar nunca! Era questão que transcendia o livre arbítrio de cada morador de Vitória” (2005-):

Meu bisavô, que era caramuru como você, portanto, seu confrade corporativo, costumava dizer que ser peroá ou caramuru era uma fatalidade geográfica, na cidade de Vitória, dividida no século XIX entre duas facções rivais, na devoção a São Benedito. Os peroás reunindo quem morava nas imediações da igreja do Rosário; e os caramurus, os moradores do morro de São Francisco e suas redondezas (SANTOS NEVES, 2005-).

Mesmo com esse rosário de explicações, o narrador permanece em dúvida: por que logo ele seria um caramuru? E a resposta está na biografia:

Você nasceu no Parque Moscoso, região de influência dos caramurus, onde foi recebido por Dona Augusta Mendes, parteira que atendia a domicílio. Seus avós paternos e maternos moravam por ali, onde transcorreram sua infância e adolescência. Você estudou na escola de

Dona Mariazinha, na Praça do Quartel, no pé do morro São Francisco, e depois no Ginásio São Vicente de Paulo, a duzentos passos do mesmo morro. Um tio seu morava nesse morro, onde você também morou vários anos, quase colado ao convento dos franciscanos. Isso não é ser caramuru? Eu mesmo, *écoute-moi*, que continuo um peroá de quatro costados, sei que você é caramuru de nascença e de linhagem e se o tenho por amigo excelentíssimo é porque desconsidero o preconceito da rivalidade que devia nos antagonizar (SANTOS NEVES, 2005-).

Mais uma vez reverbera o local da moradia. Entretanto, o vai e vem sobre as rugas entre os fiéis de São Benedito é tão pujante na ficção citadina de LG que o próprio fantasma revela que seu bivô já como espectro – ao saber do fim desta tradição –, desabafou: “Então, Vitória acabou!” (SANTOS NEVES, 2005-). Ao trazer à tona o conflito religioso tanto nas *aparições* fantasmais quanto em Airotiv, é como se Luiz Guilherme entremeasse suas linhas fictícias num intenso fluxo em que “a memória prolonga o passado no presente” (MATOS, 2015, p. 417), preservando-a do esquecimento. Por esse viés, não há antagonismo entre um conceito e outro, se seguirmos Todorov: “a memória não se opõe absolutamente ao esquecimento. Os dois termos contrastantes são o apagamento e a conservação; a memória é, sempre e necessariamente, uma interação entre os dois” (apud SILVA, 2002, p. 431).

Talvez em função dessa interação, LG alongue seus fios para tecer duas outras igrejas conectadas a peixes, mas em outras urbes-ilhas: a Igreja do Peroá, na Ilha-Vislumbrada, e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Cidadilha, construída pelos pescadores sobre um barco. Vejamos, primeiro, o que ocorre na ilha dos vislumbres:

Seu nome completo é Igreja de Nossa Senhora do Peroá dos Homens Pretos. Mas os habitantes da ilha a chamam popularmente igreja do peroá.

A igreja foi construída com pedras amalgamadas com o óleo dos peroás.

Da colina onde moravam, os homens pretos viam os peroás surgirem nas águas da baía e se apressavam em pescá-los.

Enquanto pescavam, cantavam:

*Peroá "garrou" na rede,
Peroá veio na hora
Pescado n'água do mar
Porque quis Nossa Senhora (SANTOS NEVES, 2014, p. 77).*

Com a conclusão da obra, a igreja foi consagrada à Nossa Senhora, só que nos braços da santa colocaram um peroá de madeira nobre. O peixe provocou escândalo e polêmica. Metade dos ilhéus aprovou a ideia, mas os outros 50% não só reprovaram como roubaram o peroá dos braços da santinha.

Entrementes, os ladrões do peroá, que receberam dos homens pretos a alcunha de caramurus, ficaram sem saber o que fazer com o peixe de Nossa Senhora. Uns queriam escondê-lo, outros, atar-lhe fogo, até que decidiram jogá-lo ao mar, lugar que lhe era adequado.

Por miraculosos desígnios o peroá foi logo recuperado nas redes dos homens pretos e devolvido aos braços de sua dona, com festas e regozijos (SANTOS NEVES, 2014, p. 78).

Por fim, o milagre foi reconhecido até pelo bispo, já que, por ser "um símbolo do Cristianismo, um peroá no colo de Nossa Senhora é um símbolo mais do que sagrado, seja para pretos ou brancos, peroás e caramurus" (SANTOS NEVES, 2014, p. 78). Tal argumento encerrou o conflito entre os fiéis de São Benedito na Ilha-Vislumbrada.

Já em Cidadilha, além de a capela flutuar diuturnamente no embalo da maré, no altar-mor não há imagem da santa. O que existe é a estátua de um peixe. "Durante muito tempo perdurou uma grave polêmica entre o povo de Cidadilha, em virtude da novidade" (SANTOS NEVES, 2008, p. 82). Não pelo peixe em si: "A polêmica versou sobre a identificação do peixe entronizado – se era um peroá ou um caramuru – porque o artesão que o entalhou não teve a habilidade artística para reproduzi-lo a contento" (p. 82). A contenda só terminou quando o governo concluiu, "em bula afixada na porta da igreja, que o peixe contraditório era simplesmente um peixe católico, devendo como tal ser cultuado no altar em que fora posto em posto de relevo" (p. 82).

Nota-se, enfim, de que forma o escritor estica e entrelaça os fios verdes e azuis (ou vice-versa) às outras cidades-ilhas de diferentes temporalidades para recriar irônicas versões ficcionais sobre o secular conflito que marcou (e abalou) gerações de capixabas, como se construísse pouco a pouco seu memorial citadino. Mais: Luiz Guilherme cria dois seres espectrais (na atual Vitória) que testemunham como era *viver* e *ser* peroá e caramuru – na mesma família – e em duas gerações distintas: o fantasma e seu bivô. Indica ainda como suas urbes se protagonizam, revitalizadas na mobilização coletiva e conflituosa dos seus ilhéus. Que, aliás, precisam manter suas moradas sem alterar o endereço. Sendo assim, Airotiv e a Vitória dos espectros se apegam e valorizam também o sentido do habitar, características interligadas ao “sentido do ‘humano’: cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais” (PESAVENTO, 2007, p. 14).

Avancemos para recapturar as linhas soltas da rua do Fogo e por outras vias-*aparições* do fantasma – que ecoam sempre a memória do pretérito no presente – para, em seguida, interligá-las aos fios de Cidadilha e da Ilha-Vislumbrada. Com a palavra, o fantasma: “a rua do Fogo que o povo, com o perdão da má palavra, denominava quebra-bunda [...]. Uma ladeira escorregadia, máxime nos dias de chuva” (SANTOS NEVES, 2005-). O bivô a *conheceu* nas origens. Agora se transformou: tem duas mãos de direção, asfalto, trânsito intenso e até viaduto. Mesmo assim, a criatura descobre e reconhece um vestígio original do passado na era atual: “Você sabe que ainda existe ali um resto de pedra daquela época? É um calombo indestrutível na calçada da Caramuru [...] Aquela pedra mantém a tradição do quebra-bunda” (2005-). Embora tenha sido esquecida ou abandonada em plena via e aos olhos de todos, só o espectro a reconhece. Reconhecimento que opera como “um pequeno milagre. Nenhuma outra experiência dá a este ponto a certeza real da ausência do passado. Ainda que não estando mais lá, o passado é reconhecido como tendo estado” (RICOEUR, 2003, [s. p.]) ou, no caso do espectro, a sobrevivente pedra do quebra-bunda se

presentifica também como comprovação. Apesar de os transeuntes passarem por ela (ou pisarem nela) cotidianamente, não a percebem. Pior: nem a reconhecem talvez por desconhecimento sobre o que foi a Rua do Fogo. Talvez por isso, LG a adiciona ao memorial de sua Vitória (in)visível para que este vestígio do passado passe a ser reconhecido doravante.

Há ainda situações cômicas quando a criatura revisita o que foi a rua do Piolho: “Fui lá comprar umas cocadinhas na quitanda de seu Leovigildo, mas não achei a quitanda, nem o dono, nem as guloseimas de coco que caem no meu goto saborosamente. Você me dá notícia deles?” (SANTOS NEVES, 2005 -). Desta vez, nem o narrador soube o que dizer: “como explicar que a rua do Piolho havia se transformado na 13 de Maio, e que a quitanda do Leovigildo, que eu nunca conheci, tinha ido para o bebeléu há muito tempo?” (2005-).

Também em Cidadilha não há reconhecimento das cocadinhas que o fantasma tanto procura, nem do seu Leovigildo. A rua do Piolho é tecida em outra versão. Na urbe colonial, o nome da via denota “o tratamento depreciativo [...] de uma rua pela qual passam apenas os que nela moram” (SANTOS NEVES, 2008, p. 65). Depreciativo porque o visitante que se aventurar por lá sai infestado de *Tunga penetrans*, vulgo piolho. Outra explicação para o nome do logradouro “vem da adivinhação que uma velha maluca lança invariavelmente aos seus moradores, cutucando-os com o dedo: *O que é, o que é, que anda com os pés na cabeça? [...] é piolho, é piolho!*” (p. 66). LG adiciona ainda a aglomeração de “*pulex penetrans* [...] que se instala nos pés dos que por ela andam” (p. 66). E o que é, o que é? Ora, é bicho-de-pé da rua do Piolho.

Recuemos ao fantasma. Intrometido que é, o espectro não perde a chance de participar – como penetra – de um *tour*, ou melhor, de um circuito cultural pela área histórica. Esperto, se infiltra no ponto de partida do trajeto: o Convento de São Francisco. O narrador, também historiador, atua como o cicerone do *tour* e explica aos estudantes (em transmissão ao vivo pela TV Guaninira) que o local

é “dos monumentos históricos de Vitória o que fica mais alto na cidade alta” (SANTOS NEVES, 2005-). E que “a chegada a Vitória, no século XVI, dos primeiros franciscanos que no governo da capitão ou capitã Luiza Grimaldi edificaram o convento, na aba do morro onde se acha posto e exposto” (2005-). Claro que o fantasma dá seus pitacos na orelha do narrador: “não se esqueça de falar mal do padre Leandro Del’Uomo” (2005-), *persona non grata* por ter sido

o autor das demolições e reformas (que muitos historiadores reputam um ato de vandalismo) introduzidas no convento quando nele criou o Orfanato Cristo Rei, a ponto de dar até sumiço à sepultura de frei Pedro Palácios, o iniciador do culto de Nossa Senhora da Penha no Espírito Santo, cujos ossos tinham sido trasladados para o cemitério do São Francisco (SANTOS NEVES, 2005-).

Revela-se que – nem morta – a criatura não perdoa quem arruinou o patrimônio histórico da sua Vitória. Em compensação, cultua os que estão preservados, como a Capela de Santa Luzia, a Igreja de São Gonçalo, e outros que fizeram parte do *tour* e ainda marcam presença na capital. LG reverbera estes fios, conectando-os às suas urbes-ilhas correlatas a Vitória, tecendo sem pressa seu memorial cidadão, com tramas diversificadas e constantes surpresas. Em comum com o fantasma, os cidadilhos e os ilhéus vislumbrados não abandonam sua ilha-urbe, mantendo uma relação visceral e de pertencimento com as suas cidades natais.

Cidade-ilha invertida

Boa viagem faz quem em sua casa fica em paz.

Narrador de *Cidadilha*

Na contramão das *aparições* espectrais em que Vitória surge em *flashes*, nas outras urbes-ilhas LG apresenta detalhes do conjunto urbano e paisagístico. Cidadilha surge espremida entre o mar e o seu elevado maciço central. O autor mantém a morfologia e a topografia em coexistência à capital capixaba do início dos 1900: ainda miúda e colonial, mas sem bondes, carroças ou outro meio de

transporte. Por isso, perambular entre a parte alta e baixa da ilha e outras ruelas, só por caminhadas. A ilha está isolada e sem ligação terrestre ao continente. Portanto, o acesso é só pelo mar.

Embora *Cidadilha* tenha sido baseada¹⁰ no livro *Logradouros antigos de Vitória* (ELTON, 1986), Luiz Guilherme se liberta de parte das referências para navegar, livre e solto, por seu imaginário. De Elmo Elton mantém-se apenas os nomes dos logradouros e suas localizações. O escritor cartografa 30 vias públicas do núcleo originário de Vitória. Todos identificados no “Apêndice” aos nomes atuais e verídicos, o que facilita a travessia do leitor nestes dois tempos históricos. Resultado: dos fios de LG brotam a ficção, o que transforma *Cidadilha* em “cidade inexistente”, como atestado no subtítulo romanesco. A apresentação do livro lança a primeira pista: *Cidadilha* é “uma viagem no tempo pelas ruas de Vitória [...] para o conhecimento de uma cidade e seus logradouros de outros tempos, numa inversão de visões e em arremedos ilógicos” (SANTOS NEVES, 2008 [s. p.]). Ou seja, a trama é outra: invertida e ilógica (detalhes adiante).

Que tipo de cartografia se aplica a esta cidade-ilha (e a Ilha-Vislumbrada) e como isso ocorre? Ao contrário do mapa geográfico convencional – estático, rígido e fechado – o mapeamento da cartografia “é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, susceptível de receber modificações constantemente” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22), ou seja, há múltiplas entradas e saídas. Suely Rolnik afirma que a cartografia forma “um desenho que acompanha e se faz ao mesmo tempo que os movimentos de transformação da paisagem” (2016, p. 23). Paisagem que vai além da geográfica, por absorver intensidades psicossociais: fluxos de sensações, desejos e relações (e reações) com o Outro, no caso dos cidadilhos, com os forasteiros que visitam a cidade e com o governo local, o Cabido de Notáveis Macróbios.

¹⁰ Inspirou-se também no folclore brasileiro e capixaba, e nas próprias nostalgias.

Nesse mapa aberto, móvel e mutável, destacam-se:

1) LG interliga e movimenta a cartografia pelo ir e vir de um logradouro a outro até costurar todo o tecido fictício, o que facilita os passos/leituras e indica simultaneamente as deficiências e as improvisações viárias. Desta forma, reconstrói a topografia e a morfologia da urbe-ilha e sua precária urbanização de colina, que também predominou na colonização portuguesa, incluindo Vitória. Exemplo: as ruas “da Matriz [hoje Pedro Palácios] que se engata à da Capelinha [de Santa Luzia] por trás da Igreja de Nossa Senhora de Cidadiha, a ponto de não se saber onde começa o cotovelo de uma e termina o cotovelo da outra” (SANTOS NEVES, 2008, p. 28). Nota-se o quanto o “cotovelo” comprova o improvisado viário.

2) Cada logradouro é humanizado/cartografado a partir do mais reles cotidiano¹¹ dos moradores. Cada rua, ladeira, escadaria, praça ou largo mantém características genuínas e cada qual conserva suas raízes. Um só exemplo para sintetizar: a do Reguinho (atual Graciano Neves)

[...] cortada longitudinalmente pelo reguinho que lhe dá nome e a divide em duas partes: uma, de terra batida; outra, de terra solada. Na primeira, ficam as casas dos pescadores pobres, que só têm redes, anzóis e puçás para pescar; na segunda, as casas dos pescadores menos pobres, donos de canoas de pesca.

Foi graças aos filhos dos pescadores que a rua ficou célebre. As águas do reguinho descem perenemente do Morro da Fonte Grande, cujo nome explica sua denominação, para a baía de Cidadiha. Mas nos outonos alcançam seu ponto ideal de serenidade (SANTOS NEVES, 2008, p. 60).

¹¹ Entendido como “a soma de insignificâncias e não de insignificantes” (LEFEBVRE, 1991, p. 42), porque o dia a dia apresenta o lado sensível e prático da vida, revela riquezas consideradas por muitos como pobreza, por serem recorrências tão corriqueiras. Porém, podem ser vistas como singularidades reveladoras de cada indivíduo que se assume como protagonista da sua história, de cada lugar, bairro ou cidade e nas inter-relações entre as pessoas, entre os cidadãos e suas urbes etc.

E é este logradouro que se transforma em celebridade: os filhos dos pescadores inventaram de construir barquinhos de papel e soltá-los no reguinho. A mania contagiou os adultos que passaram a criar miniaturas de barcos de madeira, com bandeirolas coloridas. “O costume virou tradição, e a tradição associou-se a São Pedro, padroeiro dos pescadores” (SANTOS NEVES, 2008, p. 60). Comprova-se que Luiz Guilherme adiciona ao tecido da urbe fictícia antigos costumes capixabas, como a procissão de São Pedro que anualmente percorre as águas da baía de Vitória. E em cada adição entrelaçada a outros filamentos, o autor movimenta e transforma sua cartografia.

Assim como o Reguinho é a morada exclusiva dos pescadores, o escritor tece sua cidade-ilha, tipificando cada logradouro por segmentos específicos (ferreiros, rua da Várzea; embalsamadores de cadáveres, rua do Egito etc.). Cada qual reúne (ou divide) também classes socioeconômicas. Por esta perspectiva, a Ladeira do Bispo é a mais elitizada e isolada da cidade. Abriga-se ali o palacete eclesial, cercado por figueiras no alto da colina. Para chegar lá é preciso “subir uma escadaria de cento e um degraus” (SANTOS NEVES, 2008, p. 90), justamente porque o bispo faz questão de “viver soberbamente acima do nível do povo” (p. 90). Desta forma, o escritor apresenta e movimenta sua cartografia tanto geográfica quanto no desejo do bispo: estar acima e distante dos moradores ao elevar a sua soberba.

3) A inter-relação dos cidadilhos com a urbe e a alteridade: os ilhéus são contra a política do Cabido de transformar a ilha em polo turístico. Afinal, não querem perder suas tradições. Se de um lado os cidadilhos fazem traquinagens satíricas para afugentar os estrangeiros, de outro, o Cabido só quer receber os visitantes para enriquecer os cofres públicos. Citemos dois exemplos das traquinagens, via travessia entre o navio – ancorado nas águas da baía – e o cais, que demonstram ainda de que forma o desenho da cartografia se constrói e se altera diante das ações e na relação com o Outro.

Sem prévio aviso, uma ponte móvel surge como “língua de deboche” (SANTOS NEVES, 2008, p. 13), com o instigante aviso: “Passe, passante, em passos que não sejam compassados para que em passos compassados não se dê seu passamento para a morte” (p. 13). O desprevenido passante lento de leitura e de passos despenca e se afoga, já que a ponte-língua se recolhe velozmente ao ponto de origem: o Cais das Colunetas¹². No alto do tal Cais, enquanto os ilhéus lotam as sacadas e se divertem com a fatalidade dos estrangeiros, os sobreviventes da maldita ponte-língua acham que é o jeito cidadilho de recepcioná-los. Porém, não é nada disso: a inversão é total. A festa advém do “prazer de ver os visitantes desaparecer nas águas pegajosas” (p. 14).

E como muitos morrem, os números (já na casa do milhar) são atualizados no Placar das Estatísticas, situado no morro em frente ao Cais para alegria dos cidadilhos. Quem controla o Placar é o Misterioso, espécie de mordomo da cidade, “sem nariz e sem um olho” (SANTOS NEVES, p. 15), um arlequim com guizos barulhentos na cabeça. O que transparece é que LG não só movimenta sua cartografia – em fluxos de sensações que a transformam –, como inicia seu jogo de inversão cidadina: se de um lado os ilhéus festejam o número de mortos, de outro, os forasteiros se iludem, crendo que o Placar enumera o total de visitantes.

Verifiquemos, agora, como LG conecta sua Cidadilha à imagem geográfica da baía de Vitória (também ocorre na Ilha-Vislumbrada). Além de satirizar, o autor oculta a miúda cidade-ilha da visão dos navegantes de sua baía: “[...] quando se está no mar, como pode estar encoberta a cidade-ilha a que chamam Cidadilha, que no mar se encontra? É que no mar estando, nele não se mostra claramente por se achar embuçada numa baía estreita, como se estivesse enfiada num bolso de colete” (SANTOS NEVES, 2008, p. 11).

¹² Diante da escadaria do Palácio Anchieta, hoje já extinto (SANTOS NEVES, 2008, p. 103).

Navegando baía adentro, desvelam-se sete pedras: à esquerda, a morena, depois “a penha, que tem no topo um convento que parece uma fortaleza, que parece um castelo, que parece um bolo de noiva” (SANTOS NEVES, 2008, p. 11-12). Em seguida, surgem “a pedra com olhos cavos e cegos, mas sempre atentos [...]” (p. 12); a pedra d’água; a dos dois ovos; um “penedo de meter medo, em forma de pão de açúcar, que sobre o mar desce a pique; finalmente a derradeira pedra é a que a baía vigia e assinala Cidadilha, a procurada margarida [...]” (p. 12). Aí estão recriados, dentre outros, o Morro do Moreno, o Convento da Penha, o Penedo, a Pedra dos Dois Olhos, ícones paisagísticos marcantes de Vitória.

Apesar de não serem bem-vindos, os visitantes sobreviventes (e o leitor) podem *caminhar* pela parte alta e baixa da urbe, conhecer as ruas da Capelinha, São Francisco, do Piolho etc., zanzar por praças, antigos largos, como o da Misericórdia, e suas igrejas, subir ou descer escadarias ou até escorregar na Ladeira do Quebra-Bunda. São lugares que se conectam às *aparições* espectrais já em outro tempo e em outra urbe-ilha chamada Vitória, como veremos adiante. Antes, porém, singremos pelos mares da Ilha-Vislumbrada.

Ilha dos vislumbres

A cidade foi invenção dos homens, mas às vezes ela e a ilha se confundem.

Luiz Guilherme Santos Neves

Luiz Guilherme cartografa a sua Ilha-Vislumbrada de outro jeito, sem indicar como ir e vir de um lugar a outro nem detalha os arruamentos em si, como em Cidadilha. Todavia, os locais estão impressos (no livro) por sua posição geográfica, denotando que estão na mesma região em correlação à capital capixaba: “A praça do relógio” (SANTOS NEVES, 2014, p. 33); “O porto” (p. 34); “A escadaria” (p. 36); “O palácio” (p. 37) etc. O autor levanta ainda outras questões até por que:

1) A urbe tem ares mais contemporâneos e, rememorando, sua mancha urbana ultrapassa a área central da ilha. Com isso, amplia-se também a escala paisagística natural, descortinando alguns ícones inexistentes em Cidadilha. Do núcleo central da ilha, LG espicha o espaço do antigo Porto dos Padres¹³ para construir seu “parque aterrado” (SANTOS NEVES, p. 45), recriação ficcional do Parque Moscoso, com o seu chafariz, orquidário, ponte em tronco de árvore, e as colunas gregas, locais tão *revisitados* pelo fantasma.

No sentido sudoeste, os fios se alongam ao Cais do Avião (bairro Santo Antônio), e seguem a noroeste ao Lameirão: “verde e piscoso. Dele vêm os peixes que alimentam os habitantes da ilha” (SANTOS NEVES, 2014, p. 59). E terminam na Ilha das Caieiras, ainda sem ocupação humana, descrita no pretérito como o local exclusivo em que “as conchas eram transformadas em cal” (p. 60), utilizado para propiciar “a luminosa brancura do casario [...] da ilha encravada num anel de mar” (p. 60). Estes fios da “luminosa brancura” da Ilha-Vislumbrada imbricam-se às linhas ainda não citadas da cidade-peixe: antes da briga entre peroás e caramurus, “Airotiv reluzia sua alvura de cal nas luzes oblíquas da tarde. Dava vontade de conhecê-la na palma da mão como biscoí de porcelana pura” (SANTOS NEVES, 1993, p. 41), o que expande ainda mais a teia cidadina de LG. Outro ícone natural de *Navegação...* é (ao nordeste) “O mestre”: “sua função é guiar, com segurança os que vêm do mar [...]. O mestre tem jeito de serra” (2014, p. 22), ou seja, as linhas fictícias deslizam e se plugam ao Mestre Álvaro.

No sentido leste, a zona urbana se alastra a Jucutuquara, com o seu cine Trianon, segue até a Ponta Formosa, passando antes pelas praias do Trampolim e do

¹³ “O Porto dos Padres era o único porto de Cidadilha porque tudo o mais que na cidade servia de ancoradouro chamava-se cais. No entanto, o Porto dos Padres, sem tirar nem pôr, não passava de um cais como outro qualquer; sem tirar nem pôr, terminava numa prancha de madeira batida pelas águas do mar; sem tirar nem pôr, gorgolejava o arrote das águas quando as marolas explodiam sob o seu passadio; sem tirar nem pôr, porto não era, pois que de porto não tinha o porte – e nem sequer o porte de cais do porto” (SANTOS NEVES, 2008, p. 54). Conforme Elmo Elton, o porto (ou o cais) foi construído pelos jesuítas na atual rua General Osório (1986, p. 125).

Barracão, que existiram na Praia do Canto, ou seja, de novo, rememoram ficcionalmente rastros do pretérito no presente. A urbe dispõe de dois acessos terrestres ao continente: a Cinco Pontes e a da Passagem.

Entrementes, apesar das peculiaridades, destaca-se algo em comum entre Cidadilha e a ilha modernosa: ambas dispõem de uma escadaria de acesso à parte alta das urbes. Na Ilha-Vislumbrada sua função vai além: é a via para chegar ao Palácio – amplo e majestoso –, abrindo outras pistas na cartografia: são “59 degraus bem contados, ligando a cidade baixa à cidade alta, no centro magnético da ilha” (SANTOS NEVES, 2014, p. 36). Porém, “só chega à cidade alta quem subir os degraus contando-os um a um. Caso contrário, a escadaria não acaba nunca para quem a estiver subindo” (p. 36). E o mais curioso: os degraus têm espelhos e alguns patamares dispõem de adornos de sereias e golfinhos de mármore para distrair os passos/contagem. E

[...] como a regra é sempre esquecida, há um constante sobe e desce de pessoas querendo sair dali [...]. Mães cujos filhos não sabem contar, não os deixam subir sozinhos, com medo de perdê-los para sempre; homens que têm pais quase caducos, não os soltam das mãos para que não fiquem perdidos num vaivém de lunáticos (SANTOS NEVES, 2014, p. 36).

Nota-se que, por uma face, a gritante diferença entre as escadarias das Pobres Figuras e a mais requintada de 59 degraus de espelhos. Por outra, a localização das duas tende a se coincidir. Se a hipótese se consagrar, a ausência do Palácio em Cidadilha é algo intrigante. Mas por estar ausente, a deixamos em aberto por ora. O da Ilha-Vislumbrada situa-se próximo ao Porto, no “centro magnético da ilha” (SANTOS NEVES, 2014, p. 36), e se destaca “diante dos olhos do mundo” (p. 37), o que leva a crer que está sobre uma elevação natural. E mais: LG o interliga em coexistência à memória originária do Palácio Anchieta: “a construção monolítica foi igreja para catequizar índios [...]. Até que um dia veio de longe um marquês de pavio curto com chapéu de plumas ao vento e espadim na cintura” (p. 39) e expulsou os catequistas. “A igreja dos padres foi então transformada em palácio” (p. 39). Percebe-se que o autor não perde a deixa para iluminar

novamente a memória do passado na atualidade e cartografar o desejo do marquês de expulsar os catequistas. Outros exemplos são o Convento de São Francisco e seu cemitério, o bonde que um dia circulou e seus trilhos pelos quais nunca trafegou. E diga-se de passagem: também se entrelaçam ao fantasma. De passagem porque a conexão ocorrerá *a posteriori*.

2) Na apresentação do livro, LG adverte: “é de navegação que se fala – uma navegação feita de vislumbres [...]” (SANTOS NEVES, 2014, p. 7), uma viagem “em torno de vagas aparências de uma realidade que não é o que parece ser nem existe como é imaginada, embora seja percebida com deslumbramento” (p. 7). Nesta ilha “firme e dadivosa, encravada num anel de mar” (p. 11), ao contrário da ilha colonial, os visitantes são tão bem-vindos que, se não partirem logo, correm o risco de terem sua alma presa à ilha. É que os ilhéus lhes arremessam cordas encharcadas de mar e de “um visgo salgado” (p. 15) com poder de capturar a alma dos estrangeiros para permanecerem na urbe. Assim, passam a ter *status* de moradores.

Certificam-se que os desejos dos ilhéus estão amalgamados aos vislumbres, crenças, lendas e mitos, formando uma cartografia diferenciada de Cidadilha. Tanto é que os moradores são dóceis, não se rebelam contra o governo como fazem os cidadilhos. De um lado porque “a ilha sempre amanhece com cara de terra nova. É um estímulo para que seus habitantes fiquem de bem com a vida” (SANTOS NEVES, 2014, p. 11). De outro, eles superaram as dores da sangrenta luta ocorrida há 500 anos entre seus ancestrais (os homens da terra) e os homens vindos do mar.

Todavia, a superação resulta de uma lenda: “alguém profetizou que a cidade seria eterna, na ilha encravada num anel de mar. Só não pôde prever que a lenda seria fantástica. [...] Foram os filhos dos filhos [...] que, dando asas à imaginação, criaram mitos que tornaram a ilha possível” (2014, p. 14). Mitos e lendas que incluem feiticeiras, bruxas, sereias e até “pitonisas de olhos talássicos” (SANTOS

NEVES, 2014, p. 14) que profetizam: a tatuagem herdada pelos ilhéus – que simboliza a sangrenta batalha quinhentista – em um século, se dissolverá na pele dos vislumbrados. Credo nisso, “os habitantes da ilha levam seus dias como se vivessem num nicho de luz” (p. 14) e, acrescentamos, de paz e doce ilusão. Confirma-se que navegamos por uma cidade mítica e/ou utópica, povoada por crendices.

3) Inter-relação entre os ilhéus e a cidade: no aconchego e conforto do seu nicho de luz, os vislumbrados são tão arraigados à sua cidade-ilha que, reenfatizamos, se recusam a deixá-la. Porém, esta recusa vai na contramão dos cidadilhos: seus desejos são diferentes, o que altera a referida paisagem de Rolnik, ou melhor, o desenho da cartografia. Por exemplo, os vislumbrados não se incomodam com a ausência de ações do governador, cujo único ato é soltar dia após dia “um pombo correio da varanda. O pombo volta de tarde, trazendo mensagens escritas em letras incertas e tortas” (SANTOS NEVES, 2014, p. 39). Um secretário, “de um olho azul e outro rosa” – exatamente as cores da bandeira do Espírito Santo – recolhe e entrega as cartas ao chefe que, “refestelado numa espreguiçadeira, lê as mensagens elogiosas; as outras, que são maioria, ele as joga no lixo. Acima do governador, a bandeira com o brasão da ilha estala ao vento seus trapos estropiados” (p. 39).

Vê-se que esses ilhéus não dão a mínima à bandeira em farrapos tão exposta aos olhos do mundo. É o oposto do que ocorre com os cidadilhos: em nome da tradição, eles priorizam “a luz úmida das mamonas ao uso da eletricidade em suas casas e nos logradouros públicos para preservarem as características coloniais do lugar. Dizem que graças a essa tradição Cidadilha parece um *presépio*, à luz baça dos lampiões noturnos” (SANTOS NEVES, 2008, p. 19, *itálicos nossos*).

A importância de atar a imagem cristã do presépio à cidade-ilha é tal que, para não faltar matéria-prima, a mamona é cultivada até nos jardins e pomares da

cidade. E mais: ela está impressa na bandeira de Cidadilha: “há um ramo de mamona enlaçando, por um dos lados, um sol estilizado em cujo centro se acha um favo de mel porque – são as boas línguas que o dizem – Cidadilha é cidade sol e ilha do mel!”, isto é, dos fios de LG materializam-se os três cognomes mais tradicionais e populares de Vitória (detalhados avante).

O escritor entrelaça ainda a simbologia cristã da Cidade-Presépio à Rua do Fogo, via urbana já referida em outra trama do fantasma e seu bivô: em Cidadilha ela ressurgue interligada à alma “dos acendedores de lampiões que ali morreram queimados pelas chamas do óleo de mamona das luminárias que acenderam” (SANTOS NEVES, 2008, p. 50). Essa profissão é hereditária de “uma única família de miseráveis. Por se tratar de função honorífica, os membros da estirpe ficam cada vez mais pobres, de uma geração a outra” (p. 51). E exterminam a própria vida para que Cidadilha “brilhe sempre com a graça e a elegância de um *presépio*” (p. 51, itálicos nossos). LG referenda ainda que a via/morada dos acendedores é “a única ladeira da urbe que tem nome de rua. Calçada com pedras escorregadias, é também conhecida como Ladeira do Quebra-Bunda” (p. 50), reiterando a versão fantasmal.

De volta à Ilha-Vislumbrada, o que impera na interação entre a cidade e os ilhéus (ou vice-versa) não são mais suas raízes primitivas. Suas tradições quinhentistas se mesclaram às lendas e aos mitos tão entranhados ao mais banal cotidiano dos moradores. E num grau tão elevado que se refletem nos ícones paisagísticos, alterando os fluxos cartográficos que, aqui, recortamos: “geólogos de muitas sapiências juram por todas as cartografias que o morro moreno não existe, não passando de ilusão de ótica dos habitantes da ilha” (SANTOS NEVES, 2014, p. 14). Como os ilhéus não dão a mínima às sapiências, para eles o importante “é o que os seus olhos veem: emersa das águas do mar, a sombra de um morro que outro nome não poderia ter senão moreno” (p. 14).

“A Penha” ressurgiu em outra versão, sem o convento: “um frade veio de Espanha, voando numa caravela branca. Depois de voar a esmo, escolheu canto e pousada no alto de uma penha erma, do outro lado da ilha” (SANTOS NEVES, 2014, p. 25). Após anos de solidão no alto da pedra, “o povo batizou o frade com o nome de frei Pedra” (p. 25). E, quando morreu, reza a lenda que “pedras caíram do céu anunciando o voo letal do frade. No alto da penedia, em que o frei Pedra morou, ficou sua caravela branca, para todo o sempre dos séculos” (p. 26).

O Penedo também é recriado – bem diante da ilha –, “à beira do mar plantado. Diz a lenda que sua parte submersa é maior do que a que está visível” (SANTOS NEVES, 2014, p. 29) e o rochedo é dotado de duas propriedades mágicas: a primeira atrai navegantes do mundo e a segunda:

Todas as manhãs o penedo nasce com o romper da aurora. E à medida que o sol caminha sobre a ilha, o penedo cresce até atingir, ao meio-dia, o ápice da sua altura. Depois, enquanto a tarde mergulha no ostracismo, reduz-se de novo até sumir por completo no cerne negro da noite (SANTOS NEVES, 2014, p. 29).

No entanto, só as crianças percebem o fenômeno. Nada dizem, apenas cantam¹⁴ e se divertem: “*Penedo vai,/ Penedo vem,/ Penedo é terra/ De quem quer bem*” (SANTOS NEVES, 2014, p. 31). Verifica-se que o escritor ecoa mais uma vez a memória popular, com a tradicional cantiga¹⁵ de roda capixaba. Desta forma, seus fluxos produzem um constante rememorar, acionando o movimento em que “o passado dirige-se ao presente para encontrar um ponto de contato” (DELEUZE, 1999, p. 55) que, por sua vez, se enlaça ao Penedo e à sua canção

¹⁴ Os adultos também costumam cantar, mas para outro lugar: “*Na ponte da passagem,/ todo mundo passa,/ todo mundo passa*” (SANTOS NEVES, 2014, p. 87), incluindo os loucos da cidade: os mais mansos, “pé ante pé” (p. 87), por acharem que a ponte oscila; “os desarvorados [...] aos pulos e gritos” (p. 87), já que sentem que a dita cuja “treme e balança” (p. 87). Vendo-os “andando sobre a própria loucura” (p. 88), os moradores cantam outro refrão com bom-humor: “*Na ponte da passagem,/ até os loucos passam,/ até os loucos passam*” (p. 88). Verificam-se que os mitos e as lendas não garantem a sanidade de todos. E, pelo visto, a quantidade de loucos transparece ser expressiva.

¹⁵ *Penedo vai, Penedo vem* foi o título do programa semanal do folclorista Guilherme Santos Neves (pai de LG), na Rádio Espírito Santo, a PRI-9, entre 1950 e 1951. O objetivo era divulgar o folclore espírito-santense.

em coro infantil. Segundo Benjamin, “o importante, para o autor que rememora, não é o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração” (1986, p. 37), como faz Luiz Guilherme. Há ainda outros fluxos que deslocam, digamos, uma polifonia de rastros do passado que ressoam na atualidade da urbe e que se conectam ao fantasma, conforme veremos a seguir.

Entrecruzamentos citadinos

Destrinchemos, agora, outros fluxos que se deslocam da memória para se fincarem no presente. Fisguemos os fios soltos dos bondes e seus trilhos “ainda intactos” (SANTOS NEVES, 2014, p. 68) da Ilha-Vislumbrada para elucidar de que forma se atam ao fantasma. Dos primeiros, o escritor irradia a marcante “era geológica do bonde” (p. 66), intrincada ao dia a dia dos ilhéus por 60 anos. Aliás, o trenzinho foi “o único ser extraordinário que os habitantes da ilha domesticaram para o uso do povo” (p. 66). Desengonçado e barulhento ele ia:

Andando com estardalhaço, se anunciava a si mesmo, sem respeitar o silêncio. Apesar disso era sempre benquisto pelos que o esperavam até onde o levassem suas patas peripatéticas. Porque, sem o bonde, os habitantes da ilha tinham que caminhar com as próprias pernas, o que era um esforço considerável para o famigerado comodismo desses habitantes quando se tratava de ir daqui até ali.

Quando o bonde acabou, num golpe sem misericórdia dado em nome de uma era menos geológica e mais cosmopolita, a ilha não ficou em silêncio, mas deixou de ser o mundo circular e singelo que até então tinha sido (SANTOS NEVES, 2014, p. 67).

Tem-se, então, a essência do bonde como divisor de águas da cidade e da vida dos ilhéus: aquele mundinho ainda circular¹⁶ – tão miúdo em que o deslocar era somente “daqui até ali” (SANTOS NEVES, 2014, p. 67) –, cresceu. Virou cosmopolita e os ilhéus se adaptaram. No entanto, há algo curioso plugado à era

¹⁶ É provável que esse mundo circular dos vislumbrados tenha correlação ao popular bonde “Circular” de Vitória. Ele contornava a cidade alta e a interligava à cidade baixa. Seu ápice foi nos anos 1930, quando a capital reunia cerca de 30 mil habitantes, informa Luiz Guilherme como historiador (1997, p. 16).

do bonde: após o incêndio da biblioteca¹⁷, achou-se um manuscrito indecifrável que atraiu “paleólogos de diferentes partes da Terra” (p. 67), que nada elucidaram. Quem decifrou o manuscrito foi um “velho calígrafo de feições caprinas que transformava em literatura tudo que caía sob seus olhos vesgos [...] talvez porque lesse por vias tortas o que os outros decifradores liam por via direta” (p. 67). O resultado está em “*O fragmento dos bondes*” (p. 68) em que o estudioso conclui que há “uns trilhos ainda intactos na cidade, preservando a memória dos bondes como *pegada petrificada na folha do tempo*” (p. 68).

Os trilhos ainda intactos se enredam ao fantasma, ou melhor, à declamação espectral da abertura de *Os bondes de Vitória* (1997), o já citado livro historiográfico de LG, com pesquisa de Renato Pacheco. Contudo, na crônica, a criatura credita a autoria ao seu amigo narrador, historiador e cronista:

Sobrevive em Vitória a memória férrea dos trilhos dos bondes. São duas pernas de trilho cravadas no viaduto da Caramuru. Nunca saíram de lá, desde que ali foram pregadas – paralelas que terminam em pontas abertas o que é uma forma simbólica de não terminar. Mudas e frias, elas prolongam para além de si mesmas, a memória dos bondes. Curioso é que sobre esses trilhos jamais transitou bonde algum. Então, muito depois que os bondes se foram, percebe-se que a função desses trilhos jamais trilhados é a de testemunhar, como pegada petrificada na folha do tempo, a existência de um grande animal barulhento que se ligou ao cotidiano da cidade, enquanto o grande animal existiu e a cidade o soube amar (SANTOS NEVES, 2005-, itálicos do autor¹⁸).

Luiz Guilherme não só enlaça a tal “*pegada petrificada na folha do tempo*” (SANTOS NEVES, 2014, p. 68) do calígrafo vesgo da Ilha-Vislumbrada como atribui uma função específica aos “*trilhos jamais trilhados*” por bonde algum, declamado pelo fantasma: *de “testemunhar”* justamente no infinitivo atemporal para perpetuar a ação verbal. Portanto, vai muito além do mero rememorar o pretérito no aqui e agora. Ao esticar as linhas, o escritor complementa o *testemunhar*, reimprimindo a mesma frase: “*como pegada petrificada na folha*

¹⁷ É a única referência sobre a existência de uma biblioteca pública na urbe fictícia.

¹⁸ Na edição de 1997, o trecho está sem itálicos.

do tempo!" (2014, p. 68; 2005, [s. p.]), o que reativa mais uma vez o "pequeno milagre" do reconhecimento de Ricouer.

Aliás, as linhas do bonde se reentrecruzam inúmeras vezes ao espectro e, em algumas se conectam ao Parque Moscoso. É o que ocorre no tal pesadelo fantasmal. Para dar coerência, detalhamos os fios iniciais em que a criatura virou um "asno igual ao Lúcio¹⁹ do romance [mas] conservava a minha inteligência *humana*, embora me *sentisse o fantasma que eu sou no corpo do quadrúpede em que me tornei*, deu para entender? (SANTOS NEVES, 2005-, itálicos do autor). Pois bem:

[...] quando dei por mim, o dia amanhecia em meu pesadelo e eu estava na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, na Vila Rubim, ao lado de alguns enfermos. Antes que me apercebesse do estado irracional em que me transformara – naquele momento já tinha virado asno por artes diabólicas da Fortuna – entrou na enfermaria o provedor da Santa Casa bradando enfurecido: "O que esta animália está fazendo aqui dentro? Ponham-na imediatamente para fora" (SANTOS NEVES, 2005-).

E assim foi. E, embora longos, optamos por não omitir os fios sequenciais para não perder os detalhes tão tragicômicos interligados à memória do aterro para a construção do Parque Moscoso:

[...] fui arrastado por dois hercúleos enfermeiros que enfiaram uma correia no meu pescoço e me puxaram à força bruta. Lá fora, para minha surpresa, uma fileira de burros atrelados a carroças carregadas de terra estava prestes a partir para algum lugar que eu ignorava qual fosse. O mistério logo se esclareceu quando um dos meus algozes disse para o outro: 'Atrele este ruço (o *ruço* era eu) a uma das carroças sem burro, do *seu* Serafim Derenzi, para levar aterro pro Campinho!' Pela frase que ouvi, depreendi logo, meu digno, que eu seria mais uma dentre as dezenas de cavalgadas que, como você sabe, foram empregadas para aterrar o antigo alagado do Campinho, dando origem ao Parque Moscoso com terra retirada do morro da Santa Casa. E logo no governo do notável Jerônimo Monteiro, a quem eu, com honra e dedicação, servira em vida como secretário adjunto! (SANTOS NEVES, 2005-).

¹⁹ Trata-se de Lúcio Apuleio e seu *O asno de ouro* (1963).

Num único fluxo, Luiz Guilherme desloca a memória originária do pioneiro e centenário parque florestal e de lazer da capital aos dias atuais. Fluxo que inclui Serafim Derenzi, “empreiteiro de diversas obras na administração jeromista” (ACHIAMÉ, 2019, p. 10), encarregado do transporte²⁰ das carroças do terreno da Santa Casa²¹ ao Campinho. Pior: por ironia do destino/pesadelo, o fantasma tão dedicado a Jerônimo Monteiro, se transforma em vítima, ou melhor, em um dos burros. O espectro desabafa que só no primeiro dia, ele fez “mais de cinquenta viagens, das sete horas da manhã às seis da noite” (SANTOS NEVES, 2005-), sem parar para matar a sede. “Cansei de passar perto da Fonte dos Cavalos, a mais antiga no terreno que estávamos aterrando, sem poder sorver um chuvisco d’água, trazido pelo vento” (2005-). Fonte que se imbrica ainda aos fios de LG em *O menino Cadu e o passeio pelo parque centenário* (SANTOS NEVES, 2013) como anterior ao espaço público de lazer e “o monumento mais antigo no Parque Moscoso” (p. 41). E mais: o narrador confirma que “foram os burros puxadores de carroças que mais beberam de suas águas” (p. 39), exceto, claro, o fantasma/asno.

De volta ao pesadelo espectral, o pior ocorre no dia seguinte. Ao acordar, o fantasma vê e degusta um “galho de rosas brancas” (SANTOS NEVES, 2005-), como fez Lúcio Apuleio para retornar à forma humana. Mas o milagre não vinga. O que vinga é outro castigo do tal provedor da Santa Casa: “Levem este maldito asno, comedor do nosso roseiral, para puxar os bondinhos da cidade antes que o trucidem a cacetadas” (2005-). Sem outra opção, a criatura retorna ao tempo dos pioneiros bondes de tração animal:

²⁰ O historiador Luiz Serafim Derenzi (filho de Serafim Derenzi), o tal secretário jeromista citado pelo fantasma, confirma que seu pai atuou com Joaquim Pinto de Miranda na empreitada das carroças puxadas por burros: “empregaram centenas desses veículos hoje obsoletos” (DERENZI, 2019, p. 179).

²¹ Para construir a Santa Casa “era necessário aplainar e ganhar área maior no morro” (DERENZI, 2019, p. 178). Por isso, optou-se por rebaixar o nível da colina, que “proporcionaria material para o aterro do Campinho e área maior para os pavilhões hospitalares [...]. Toda a escavação foi feita à mão, e o transporte em carroças de burros (p. 178-179).

Eram puxados por uma parelha de muares sob as rédeas e o látego do condutor – prosseguiu o fantasma. Rédeas e látego com que ele [o condutor] ditava a andadura dos burricos. Pois foi para formar uma dessas parelhas que desgraçadamente fui levado em meu pesadelo para meu novo serviço, tendo um burro velho por parceiro de infortúnio.

Resultado: a maior parte do esforço de tração recaía no meu lombo, junto com as chibatadas do impiedoso condutor.

A experiência que vivi, no vaivém do itinerário percorrido entre o antigo cais Schmidt e o Forte de São João, não desejo para meu pior inimigo (SANTOS NEVES, 2005-).

Constata-se que, na mesma crônica, Luiz Guilherme resgata a memória²² de diferentes temporalidades. Primeiro, o fantasma descreve a trajetória das carroças que carregou ao Parque Moscoso. E, em seguida, retrocede aos pioneiros bondes que, de fato, percorreram o núcleo originário de Vitória dos 1905²³, com uma das linhas citadas pelo fantasma. Nos dois trajetos, LG deixa sangrar o passado com a dor, o sofrimento dos burros ou do asno em prol do desenvolvimento da urbe e das necessidades dos seus moradores.

Aliás, os bondes e o Parque Moscoso são recorrentes na obra literária de LG. As duas temáticas (e tantas outras) denotam ter forte ligação afetiva e de pertencimento a Vitória, algumas interligadas ao fantasma. Afinal, reprisando: a criatura carrega “um repertório ambulante de informações históricas sobre Vitória de outrora” (SANTOS NEVES, 2005-). Sendo assim, aqui e acolá surgem rastros do que um dia foi: “Os mortos eram levados no bondinho funerário, lembra-se dele? Uma espécie de trolei ou coche, criado especialmente para esse carregamento. Era rebocado pelo bonde em que iam os amigos e parentes dos

²² O aterro do Campinho ocorreu em 1910 (DERENZI, 2019, p. 178) enquanto os pioneiros bondes à tração animal circularam em Vitória entre 1905 e 1908, segundo Luiz Guilherme, diga-se de passagem, como historiador e não ficcionista (SANTOS NEVES, 1997, p. 12).

²³ Em *Os bondes de Vitória*, Luiz Guilherme explica – como historiador – que os “primeiros bondes de Vitória estavam mais para carruagens do que para bondes. Puxados a burro tinham capacidade reduzida e andavam em passo letárgico. Nem a trote não era, pois seria exigir muito dos burricos que puxavam atrás das ancas uma caranguejola com passageiros a contrapeso” (SANTOS NEVES, 1997, p. 12). O historiador informa que os pioneiros bondinhos de Vitória datam de 1905 a 1908.

falecidos” (2005-). Ou na festa do centenário²⁴ do Parque Moscoso que o fantasma fez questão de ir e até reencontrou outros parceiros do além: “Dom Fernando, o bispo [...] também apareceu. Desceu pela ladeira que tem o seu nome. Disse que se atrasou um pouco porque ficou esperando o Bonde Circular, que não passou” (2005-), linha que se imbrica ao citado “mundinho ainda circular” (2014, p. 67) da Ilha-Vislumbrada. Para sintetizar, até o paisagista do Parque, Paulo Mota, compareceu e estava

[...] amuado com as mudanças que ‘os pósteros destituídos de senso estético’, na definição que ele usou, causaram ao Parque Moscoso. Constrangeu-me vê-lo tão arrasado e com carradas de razão. O Parque é um arremedo hodierno do que foi nas primeiras décadas do século passado (2005-).

Num só golpe, Luiz Guilherme traz à atualidade vultos do passado interligados ao Parque. Lá estão Jerônimo Monteiro “como sempre, muito elogiado por todos” (2005-); Henrique Moscoso, “que deu nome ao Parque. Parecia uma criança de tão exultante ou, melhor dizendo, um fantasma criança” (SANTOS NEVES, 2005-); Cleto Nunes que “não cabia em si de contente elogiando a avenida homônima: ‘Como está mudada! No meu tempo era a estrada para Santo Antônio. Agora virou uma conturbada avenida’” (2005-); e, dentre outros, Misael Pena, “coitado, estava inconsolável com a demolição do quartel de polícia, na praça que leva o seu nome” (2005-), sempre segundo o fantasma.

Vemos, então, de que forma LG cria uma solenidade espectral pelos 100 anos do Parque Moscoso (19 de maio de 2012), reunindo personagens históricos que, hoje, para muitos capixabas não passam de nomes de ruas, avenidas ou do próprio Parque. E o escritor alfineta críticas sobre as transformações daquele espaço público. Justamente na pele e na mágoa de Paulo Mota, o paisagista do

²⁴ Segundo o testemunhar do fantasma, “a solenidade oficial foi indigna das melhores tradições do Parque. É de se lamentar a falta de sentimento histórico dessa gente que atualmente governa a cidade de Vitória. Fizeram uma festinha insulsa. Ainda bem que teve a *outra* comemoração, que você devia ter prestigiado” (SANTOS NEVES, 2005-, itálicos do autor). A outra comemoração, é claro, foi exclusiva dos espectros.

Parque Moscoso. E por extensão, nos lamentos de Misael Penna pela demolição do Quartel que existiu no entorno do Moscoso, ou melhor, na atual praça que leva o nome do lamentado.

Arremates & enfins

Pincemos os fios soltos antes dos finalmentes. A começar pela ausência do Palácio em *Cidadilha* que confirma o citado jogo de inversão ou, quem sabe, de lusco-fusco da urbe-ilha. Jogo que se inicia na imagem da capa: a cidade-ilha colonial de Vitória se apresenta com seus polos geográficos invertidos. A Igreja do Rosário substitui o lugar do Palácio Anchieta (ou melhor o antigo Colégio e Igreja dos Jesuítas) que, por sinal, é ocultado na narrativa textual para ceder seu lugar de destaque ao Placar das Estatísticas. Talvez seja a estratégia para apostar no logro ou no artifício que a literatura permite.

Assim, as linhas de *Cidadilha* só se estendem a Vitória pela topografia, morfologia, parte do conjunto arquitetônico, paisagem e à imagem da Cidade-Presépio. E, claro, dos nomes das vias públicas e edificações históricas, como a da Capela de Santa Luzia. Reafirma-se que a trama é outra na ficção, embora de suas páginas transbordem tradições capixabas e seu folclore. O logro é ficcional até porque, no plano real, seria impossível encobrir o Palácio Anchieta construído numa elevação, já que:

A encosta sobre a qual se edificou o Colégio [e a Igreja] é um contraforte da serra que domina a superfície sudoeste da ilha, sobrepondo-se garbosamente à garganta que o liga ao sistema orográfico principal. Ganha assim predomínio sobre toda a paisagem que a pequena baía bordeja. É singular a situação eleita por Afonso Brás [jesuíta que mandou edificar o conjunto arquitetônico], onde construiu a mais bela e valiosa sede da sua [...] missão" (DERENZI, 1971, p. 19).

Se esse embuste faz parte do lusco-fusco de *Cidadilha*, em *Navegação...*, o luxuoso Palácio se destaca. Quem sabe, esta cidade-ilha vislumbrada "encravada

num anel de mar” não seja a outra face de Cidadilha? Tecida e envolta em mitos e lendas, seus ilhéus vivem em paz, sem revolta, sem conflitos entre eles e a alteridade. Tanto é que desejam que seus visitantes passem a morar na urbe. Também não se incomodam com a bandeira estropiada no alto do palácio, o avesso de Cidadilha que preserva suas simbologias: Cidade-Presépio, Cidade Sol e Ilha do Mel, justamente o trio de cognomes mais tradicionais de Vitória, cujos fios soltos precisam de arremate.

No primeiro epíteto, LG espicha as linhas da memória afetiva dos cidadilhos, imbricando-as à imagem urbana e à paisagem natural de Vitória até pela “semelhança explícita do desenho natural da cidade a um presépio tanto pela configuração quanto pela dimensão de seus objetos: ilhas, baías, canais, pedras, morros” (MONTEIRO, 2005, [s. p.]). Reenfatiza-se que Vitória manteve esta feição desde a sua fundação quinhentista até o início do século XX, com forte influência portuguesa em seu conjunto arquitetônico e no traçado urbano construído sobre a topografia acidentada tão “pontilhada de altos e baixos” (ELTON, 1986, p. 19). O reduzido núcleo urbano se limitava a cerca de 26,5 km² (MONTEIRO, 2005, [s. p.]), erguido em uma “elevação oval, entre a baía e o maciço central da ilha circundado por braços de mar que formavam mangues. [Ao fundo], via-se o verde da Mata Atlântica de encosta cobrindo uma série de montes” (MARTINS, 1993, p. 95). Temos, então, os fios ficcionais de *Cidadilha* se contagiando e se entrelaçando à imagem urbana, à paisagem natural e ao imaginário cristão do presépio de Vitória:

No seu desenho, um conjunto de morros e pedras confere indubitavelmente a imagem de um grande **presépio**, distribuídos que estão harmoniosamente por entre todo o território da cidade, sobre duas pequenas baías. Sobre a baía interna (de Vitória) encontra-se a ilha-mãe (ilha de Vitória) e outras duas dezenas de ilhotas dispostas à sua volta; todo este conjunto praticamente encaixado no continente e ladeado por três canais que fazem perder a própria referência de baía (MONTEIRO, 2005, [s. p.], grifo nosso).

No entanto, Kevin Lynch inter-relaciona a criação da imagem ambiental a partir de dois pontos de vista: de quem vê, o observador, e do objeto que é visto: “O

que ele vê é baseado na forma exterior, mas o modo como ele interpreta, organiza e como dirige sua atenção, afeta por sua vez aquilo que ele vê” (1999, p. 149). É o que parece ocorrer com a Cidade-Presépio. Enquanto Monteiro trabalha a imagem externa do ponto de vista técnico, poetas e prosadores viam a mesma imagem atrelada à memória afetiva. Elmo Elton é apenas um dos tantos exemplos que, aliás, ajudaram a imortalizar o epíteto:

[...] a cidade ainda se acocorava sobre troncos de pedra, com a água do mar quase a lambar os degraus de seus sobrados antigos, a maioria deles dando fundo para a baía, então maravilhosa [...]. A cidade era simples, romântica, muito graciosa [...]. Quem aqui chegasse, dizia logo que a cidade mais parecia um **presépio**, e Vitória o era mesmo, sonhadora e acomodada cidadezinha (ELTON, 2014, p. 75, grifo nosso).

Evidencia-se, portanto, o quanto a imagem da Cidade-Presépio se atrela à memória afetiva dos capixabas. Sabe-se que o cognome surgiu do passado que se estilhava naquele presente em que Vitória²⁵ perdia suas feições coloniais: sua mancha urbana ultrapassava o núcleo colonial, a cidade crescia com avanços urbanísticos mais ousados e modernos, com sucessivos aterros (como do Parque Moscoso), ampliação ou criação de avenidas e ruas, abertura e ocupação de novos bairros, como a Praia do Canto que, aliás, estão na trama da Ilha-Vislumbrada.

No entanto, aqui, o essencial é seguir as trilhas de observadores que direcionam seu olhar à memória afetiva, aos que renomearam a cidade, como se marcassem ou quisessem dominar o seu território, pelo viés de Derrida: o ato de (re)nomear confere o poder de dominação do seu território (2006, p. 170). Aqui, por enxertia: Cidade e Presépio. O filósofo explica que todo nome próprio é uma herança recebida de outro e ninguém escolhe o seu nome, simplesmente aceita-o. Trata-

²⁵ Segundo Derenzi, em “Cidade Presépio ... Portaria do inferno”, até 1940, os jovens chamavam Vitória de Cidade-Presépio. Mas essa imagem foi se perdendo: “[...] A Ilha progredia lenta e seguramente. A cidade estendia-se ligando novos núcleos dando-lhes feições de bairros autônomos: Jucutuquara, Ilha de Santa Maria, Gurigica, Maruípe, Praia Comprida, Santo Antônio, sempre modesta, se espichava para os mangues e subia para os morros alcançando Caratoíra (DERENZI, 2000-).

se não só de aceitar essa herança, mas “relançá-la de outra maneira e mantê-la viva. Não escolhê-la (pois o que caracteriza a herança é primeiramente que não é escolhida, sendo que ela nos elege violentamente), mas escolher mantê-la viva” (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 12-13), porque reafirma o que vem “antes de nós” (p. 12-13), segundo os mesmos autores, isto é, são os rastros do passado que preservam a memória no presente e, quem sabe, no futuro. Ao aceitar tal herança, ela é relançada de outra forma, reafirmada no ato de revivê-la, como fazem os capixabas e os cidadilhos de Luiz Guilherme ao iterarem/reiterarem o codinome ilimitadamente.

Quanto à *Cidade Sol* trata-se do título de uma alegre marcha de Pedro Caetano e Alexandre Dias Filho, em homenagem a Vitória que, de tão cantada pelos capixabas, transformou-se no hino afetivo ou emocional da capital:

Cidade sol, com o céu sempre azul,/ tu és um sonho de luz norte a sul,/ meu coração te namora e te quer,/ tu és Vitória um sorriso de mulher./ Do Espírito Santo, és a devoção,/ mas para os olhos do mundo,/ és uma tentação,/ milhões te adoram, e sem favor algum/ entre os milhões, eis aqui mais um (CAETANO, DIAS FILHO, 1979).

E, mais uma vez, ao seguir o desejo popular e afetivo da *Cidade sol*, Luiz Guilherme exclui – da bandeira de Cidadilha – o hino²⁶ oficial de Vitória, composto por Carlos Cruz, Almeida Rego e Maestro Carioca. Aliás, a letra inclui a cidade-presépio no refrão: “minha querida Vitória,/ és a *cidade presépio*,/ orgulho do meu coração!”. Mesmo assim, LG mantém o hino afetivo tão popular imbricado aos cidadilhos.

Quanto à *Ilha do mel*, o escritor enreda seus fios reafirmando as versões populares capixabas: dizem que os índios chamavam Vitória de Guanaira e Ilha do Mel. Portanto, outro exemplo de como o criador de *Cidadilha* desloca os

²⁶ Entrou em vigor em 23 de janeiro de 1980, segundo o site da Prefeitura de Vitória. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/prefeitura/conheca-os-hinos-da-cidade-de-vitoria>.

rastros que deságuam em sua ficção – no aqui e agora – para preservar o codinome e manter sua tradição em prol do desejo popular.

Rastros de outros tempos que abundam também em Airotiv e, recorrentemente, na Vitória do fantasma e do seu bivô. Airotiv (Vitoria sem acento, da direita para a esquerda) representa a elevada simbiose da cidade-ilha-peixe ao *sentimento* dos seus moradores, a ponto de a urbe se transmutar em território xifópago: de um lado, tudo azul (peroás). De outro, tudo verde (caramurus), só para reprisar. Cores que dividem não só a urbe como mudam a cor da pele e até do sangue dos airotivos, conforme o local das suas moradas. Enquanto cidade – Airotiv (e as outras aqui pesquisadas) – mesmo que imaginária, não deixa de ser “[...], sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza. A cidade é, nesse sentido, um *outro* da natureza: é algo criado pelo homem, como sua obra ou artefato” (PESAVENTO, 2007, p. 13). Ou obra materializada por vias de outra natureza: pelo poder do imaginário de Luiz Guilherme que, não só cria Airotiv e recria ficcionalmente o conflito entre os fiéis de São Benedito, como o entrecruza às igrejas-peixes de Cidadilha e da Ilha-Vislumbrada. E mais: as linhas da teia airotiva se prolongam e se enlaçam aos dois fantasmas de gerações diferentes e da mesma família, que *vivenciaram* as tais rugas em lados opostos e *retornam* ao atual núcleo que outrora assentou Vitória. Seres que vociferam seu “*testemunha*”, como diria LG desta e de outras questões já vistas.

O que nos parece é que ao espichar e entrelaçar suas urbes e, via as linhas espectrais que *revisitam* a capital capixaba, LG cria o seu singular memorial das suas cidades-ilhas (in)visíveis de Vitória, indicando: a cronologia do século XIX à atualidade, recriando pegadas do passado no presente, mantendo a topografia com o sobe e desce pela parte alta e baixa, suas históricas edificações etc.; a expansão da morfologia de uma urbe à outra por aterros que extrapolam seu núcleo colonial, melhorias urbanísticas, incluindo o Parque Moscoso, e o alongamento nos sentidos noroeste e leste; a evolução socioeconômica

(Cidadilha ainda rústica e povoada por pobres e miseráveis; Ilha-Vislumbrada e seus ilhéus de bem com a vida, com o seu Palácio e a escadaria luxuosa de espelhos e estátuas de mármore, que lhe dá acesso,); o ir e vir pelas precárias vias públicas, primeiro a pé, depois por bondes (e seus trilhos nunca usados); e a visceral relação entre as cidades-ilhas e seus moradores e vice-versa.

Não são cidades-palco (ou cenários de ações), estáticas e frias. Pelo contrário. São urbes, como Cidadilha e a Ilha-Vislumbrada, cartografadas no dinamismo de serem abertas e móveis, portanto, com poder de transmutação, de acordo com os fluxos de interação entre as cidades e os desejos dos seus ilhéus, entre os moradores e os Outros, os visitantes. São urbes-ilhas humanizadas, por isso, conectadas às vivências banais do cotidiano dos seus ilhéus, com seu jeito de ser e viver, manias, crenças, tradições, conflitos e simbologias. Como afirma Pesavento, “a cidade foi, desde cedo, reduto de uma nova sensibilidade. Ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade, fosse pela palavra, escrita ou falada” (2007, p. 11) ou outras formas de expressão: na imagem da Cidade-Presépio ou no cancionário, como a *Cidade Sol*, de Cidadilha, ou ainda nas fotografias de Vitória publicadas em *Navegação...*, isto é, na Ilha-Vislumbrada.

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia a dia, corresponderam outras tantas *cidades imaginárias*, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades [...] (PESAVENTO, 2007, p. 11, itálicos nossos).

Outras cidades que Luiz Guilherme faz questão de criar como ilhas, a partir da força do seu imaginário²⁷. Nelas se “identifica, classifica e qualifica o traçado, a

²⁷ “O imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas (PESAVENTO, 2007, p. 11-12). A historiadora define também o imaginário urbano: “diz respeito a formas de percepção, identificação e

forma, o volume, as práticas e os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível”, diz Pesavento (2007, p. 15). Segundo a historiadora, a cidade sensível/imaginária é também “responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço [que] se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória” (p. 15). Mais do que ser o portador da memória irradiada no presente, Luiz Guilherme atribui a cada cidade-ilha uma identidade genuína do seu espaço-tempo, cada qual com corpo e alma, jeito de ser, viver e se relacionar com os habitantes. E mais: seus ilhéus não abrem mão do seu pertencimento às suas cidades-ilhas. Tanto é que não as abandonam.

Ítalo Calvino compara a urbe a um organismo vivo que precisa evoluir pela preservação da espécie: “ao passar de uma era para outra, as espécies vivas adaptam seus órgãos a novas funções ou desaparecem, assim acontece com as cidades” (2000, p. 9). Nas adaptações, os seres vivos “carregam resíduos de outras eras, na medida em que não correspondem mais a necessidades vitais, mas que, em novas condições ambientais, poderão ser aqueles que salvarão a espécie da extinção” (2000, p. 9). Estes resíduos que aparentam ser dispensáveis (por negação ou esquecimento) às engrenagens de qualquer cidade atual são, de fato, fundamentais: “Lento ou rápido [...] cada movimento que atua na sociedade, deforma e readapta ou degrada irremediavelmente (o tecido urbano, sua topografia, sua sociologia, sua cultura de massa, digamos, a sua antropologia)” (p. 9). Calvino alerta ainda que é necessário verificar o “elemento de continuidade que a cidade perpetuou [...], aquele que a distinguiu de outras cidades e lhes deu um sentido. Toda cidade tem seu ‘programa’ implícito que deve saber reencontrar, toda vez que o perde de vista, sob pena de extinção” (p. 10).

atribuição de significados ao mundo, o que implica dizer que trata das representações construídas sobre a realidade – no caso, a cidade” (p. 15).

Ao que tudo indica, e sem pretender nenhuma conclusão definitiva, Luiz Guilherme não deixa esse “programa” no vão do esquecimento, resgata-o da memória e o recria em suas urbes insulares fictícias que coexistem, digamos, com o “programa” da capital capixaba, transformando-o em seu memorial das cidades-ilhas imaginárias de Vitória.

Referências:

- ACHIAMÉ, Fernando. Prefácio à terceira edição. In: DERENZI, Serafim Luiz. *Biografia de uma ilha*. 3. ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2019. (Coleção José Costa, v. 29). p. 9-13.
- ALMEIDA, Luís de [SANTOS NEVES, Luiz Guilherme]. “A cidade invisível”. *Você*, Vitória, ano II, n. 19, p. 40-41, jan. 1994.
- APULEIO, Lúcio. *O asno de ouro*. Tradução de Ruth Guimarães. São Paulo: Cultrix, 1963.
- CALVINO, Ítalo. Os deuses da cidade. Tradução de Liliana Laganá. *GeoUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 7, p. 9-11, 2000.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: ed. 34, 1995. v. 1.
- DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. Tradução de Luiz N. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- DERENZI, Serafim Luiz. *Biografia de uma ilha*. 3. ed. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2019. (Coleção José Costa, v. 29).
- DERENZI, Serafim Luiz. *História do Palácio Anchieta*. Vitória: Secretaria de Educação e Cultura, 1971.
- DERENZI, Serafim Luiz. Crônica e memória. In: SANTOS NEVES, Maria Clara Medeiros (Org.) *Estação Capixaba*. Vila Velha, 2000-. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/cidade-preseprio-portaria-do-inferno.html>>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa, Antonio Costa e Antônio M. Magalhães. Campinas: Papiros, 1991.
- DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ELTON, Elmo. *Logradouros antigos de Vitória*. Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1986.

ELTON, Elmo. *Velhos templos e tipos populares de Vitória*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2014.

JOUTARD, Philippe. Escritos. *Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 223-235, 2007.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, Janes de Biase. A cidade reconstruída. In: VASCONCELLOS, João Gualberto M. (Org.). Vitória: *Trajatórias de uma cidade*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1993.

MATOS, Sérgio Campos. Memória, história e ficção: que fronteiras? *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, p. 414-426, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/718/555>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

MONTEIRO, Peter. Vitória: identidade e visibilidade. In: ANAIS do I Simpósio sobre Comunicação Visual Urbana da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fau.usp.br/deprojeto/labim/simposio/PAPERS/SCV3AU13.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

NUNES, Pedro José (Org.). *Tertúlia Capixaba*. Vitória, 2005-. Disponível em: <<http://tertuliacapixaba.com.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun. 2007.

RICOEUR, Paul. *Memória, história, esquecimento*. Disponível em: <https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Cidadilha*: crônica inverossímil de uma cidade inexistente. Vitória: Cultural/ES; Tertúlia, 2008. Disponível em: <<http://www.tertuliacapixaba.com.br/arquivo/cidadilha/capa.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Navegação em torno de uma ilha vislumbrada*. Fotografias de Pedro J. Nunes. Vitória: Cultural; Tertúlia, 2014.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *O Capitão do Fim*: romance. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2001.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *O menino Cadu e o passeio pelo parque centenário*. Vitória: Cultural; Tertúlia, 2013.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *O templo e a força*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Cultural Espírito Santo, 1999.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Queimados*: documento cênico. Vitória: [s. n.], 1977.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Procissão de São Benedito em Vitória*. Pesquisa oral de Léa Brígida R. de Alvarenga Rosa. Pesquisa documental de Renato José Costa Pacheco. Fotos de Alexandre Krusemark. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996. (Coleção Memória Viva, n. 4).

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Passeio pelo centro de Vitória na companhia de Rubem Braga*. Fotografias de Humberto Capai. São Paulo: Empresa das Artes, 1992.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *Os bondes de Vitória*. Pesquisa de Renato Pacheco. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. A certos respeitos. In: NUNES, Pedro José (Org.). *Tertúlia Capixaba*. Vitória, 2005-. Disponível em: <http://www.tertuliacapixaba.com.br>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 425-438, dez. 2002.

RESUMO: A meta é entrelaçar os fios do personagem fantasma do centro histórico de Vitória às tramas das cidades-ilhas fictícias de Luiz Guilherme Santos Neves: Airotiv, Cidadilha e a sem nome que chamarei de Ilha-Vislumbrada. As três urbes mantêm correlação à capital capixaba na topografia, morfologia, tradições populares e alguns fatos históricos, como o conflito religioso entre peroás e caramurus. Por *hipótese*, o espectro parece ampliar e complementar as citadas teias cidadinas, por ter *testemunhado* o cotidiano da capital de outrora, e por ser a criatura mais recorrente do autor. Paul Ricoeur, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, e outros, sustentam a base teórica. Resultados preliminares: ao recriar rastros do passado da capital capixaba no presente de cada urbe-ilha fictícia, incluindo a do fantasma, o escritor tende a construir o seu memorial imaginário de Vitória, que evolui do século XIX até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura do Espírito Santo – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – Memorial fictício de Vitória. Cidades-ilhas imaginárias – Tema literário. Fantasma histórico de Vitória – Personagem literário.

ABSTRACT: The goal is to intertwine the threads of the ghost of the historic center of Vitória with the web of Luiz Guilherme Santos Neves' fictional island-cities: Airotiv, Cidadilha plus an unnamed one that I will call Glimpsed Island. The three cities maintain a correlation to the capital of Espírito Santo in topography, morphology, popular traditions,

and some historical facts, such as the religious conflict between peroás and caramurus. By hypothesis, the spectrum seems to expand and complement the afore mentioned city webs, for having witnessed the daily life of the capital of yore, and for being the author's most recurring creature. Paul Ricoeur, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, and others support the theoretical basis. Preliminary results: by recreating traces of the capital's past in the present of each fictional city-island, including that of the ghost, the writer tends to build his imaginary memorial of Vitória, which evolves from the 19th century to the present.

KEYWORDS: Espírito Santo Literature – Luiz Guilherme Santos Neves. Luiz Guilherme Santos Neves – Vitória Fictional Memorial. Imaginary Island-Cities – Literary Theme. Historical Ghost of Vitória – Literary Character.

Recebido em: 8 de março de 2021
Aprovado em: 16 de maio de 2021